

# O AMOR À TERRA E A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL (1910-1964)

*Love to Land and Social Function of Rural Education in Brazil (1910-1964)*

Alcione Nawroski

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9036-7169>  
E-mail: [alcione.nawroski@gmail.com](mailto:alcione.nawroski@gmail.com)

Recepción: 12 de febrero de 2019

Aprobación: 1 de julio de 2019



**Resumo:** O artigo apresenta a tese do amor à terra como uma ideia a ser desenvolvido pela educação rural durante a primeira metade do século XX para a manutenção do homem no campo, isto é, uma necessidade premente de fixar o homem no lugar em que ele vive. Para tanto, utilizamos como fontes de investigação o Decreto nº 8.319/1910 que regulamentou o ensino rural no Brasil e os seus reflexos no decorrer dos anos, especialmente aqueles explicitados por um dos eminentes intelectuais da educação brasileira, Antônio Carneiro Leão. O educador buscou na literatura e nas viagens pelos mais diversos recôncavos brasileiros apreender uma determinada realidade do rural brasileiro e apresentar uma proposta de educação moderna capaz de melhorar a vida das pessoas que vivem e trabalham no campo por meio de uma relação afetiva com a terra.

**Palavras-chave:** Brasil, Carneiro Leão, John Dewey, terra, escola, educação rural.

**Abstract:** The article presents the thesis on love of land as an idea to be developed by rural education during the first half of the twentieth century for the maintenance of man in the countryside, that is, a pressing need to fix the man in the place where he lives. We used as research sources Decree No. 8,319/1910 that regulated rural education in Brazil and its reflexes over the years, especially those explained by one of the eminent intellectuals of Brazilian education, Antônio Carneiro Leão. The educator sought in the literature and in the travel around the most diverse Brazilian places the reality of the Brazilian rural space and presented a proposal of modern education capable of improving the life of the people who live and work in the countryside through an affective relation with the land.

**Keywords:** Brazil, Carneiro Leão, John Dewey, land, school, rural education.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países que se destaca mundialmente pela produção de commodities e, portanto, tem uma forte relação com a produção que vem da terra. Desta forma, vamos tratar aqui de uma relação afetiva, impulsionada pela modernização da educação durante os anos que sucederem a Primeira República, tentando mostrar como este projeto de educação vai se constituindo até meados do século XX, acentuadamente entre os anos de 1910 e 1964. Com tal propósito, mobilizamos os escritos de Antônio Carneiro Leão, um dos intelectuais da educação que se destacou por realizar uma intensa mediação com os ideários da Escola Nova, especialmente aqueles prescritos por John Dewey.

Após a institucionalização da lei nº 581/1850 também conhecida como Lei Eusébio de Queirós que propôs o fim do tráfico de trabalhadores negros escravizados no Brasil, foi promulgada no mesmo ano, a Lei nº 601/1850 conhecida como “Lei das Terras”. Assim, podemos assegurar a lei como aquela que incentivou a organização das primeiras pequenas propriedades privadas no Brasil, ocupadas pelos imigrantes europeus que buscavam por terra para plantar. A partir daí, se desenhou um novo viés de progresso econômico também marcado pela cor da pele, quando são introduzidos trabalhadores brancos, assalariados e, em sua maioria, colonos que por meio de subsídios compravam a sua colônia de terra para morar e plantar.

O final do século XIX, marcado pelas ideias da branquidade e do higienismo, favoreceu a política de imigração, onde o país passou a receber de bom grado agricultores europeus sedentos por terra para prosperar, e, junto a sede de progresso, traziam consigo resíduos da sua cultura aliados a alguns conhecimentos técnicos para se instalar no país. Sobre esses colonos, Roche (1969) assevera que constituíram um grupo de trabalhadores imigrados assalariados ou de pequenos proprietários de terras que prestavam serviços na abertura de estradas, construção de barracões e abertura de picadas em troca de somas investidas em novas terras através do pagamento realizados em prestações ao longo dos anos. Dentre os resíduos culturais, emergiram elementos em torno dos arranjos familiares como vemos destacados por Santos (2013):

A presença dos estrangeiros no sul do Brasil iniciou o transplante e manutenção dos seus traços culturais. A vida social nas comunidades de imigrantes foi se caracterizando de modo particular na organização da família, nas associações religiosas, na organização política e econômica, nos clubes recreativos e esportivos e nas escolas, construindo diferenciações quando comparada ao entorno (Santos, 2013: 842).

Desde a formação das primeiras colônias, havia por parte dos imigrantes um interesse com as principais instituições de manutenção da sua cultura e, assim, foram criadas escolas e igrejas que funcionavam no mesmo prédio ou no prédio ao lado. Da mesma forma que os grupos étnicos se responsabilizaram pela igreja da comunidade, também se responsabilizaram pela organização das escolas por meio de um caráter peculiar de escolarização europeizada. As escolas eram autogestadas por meios dos resquícios culturais trazidos por aqueles que sentiram mais de perto, do ponto de vista geográfico, os impactos da Revolução Industrial, como a organização das escolas primárias. Período em que no Brasil, ainda não havia uma política adensada de educação para todos, tendo em vista que ela ocorria de forma pontual, comumente reservada aos espaços urbanos e, em grande medida, também sob os auspícios da igreja católica.

Ainda em relação àquelas escolas formadas em torno das comunidades de imigrantes, cabe ressaltar, no que tange a organização pedagógica, que as escolas tinham como principal missão desenvolver a habilidade da escrita, leitura e aritmética, comumente também conduzidas pelas pessoas mais letradas da comunidade onde as aulas eram ministradas na língua materna dos colonos. Contudo, à medida que as principais cidades se industrializavam, havia maior demanda pela assimilação da cultura local como a necessidade de saber falar português, o que mais tarde, em meado da “Era Vargas”, reverberou numa campanha de nacionalização da educação.

Diante do exposto, o artigo tem como objetivo principal identificar as propostas pedagógicas de educação rural, especialmente aquelas apontadas por Carneiro Leão, para as pessoas que trabalhavam e viviam no campo num contato diário e direto com a terra. Para tanto, adotamos como metodologia de pesquisa as fontes documentais, especialmente o Decreto nº 8.319/1910, alguns escritos pedagógicos de John Dewey e por fim, as principais obras de Antônio Carneiro Leão, principalmente aquelas que tratam da sociedade rural com algumas intervenções do médico higienista próximo ao educador, Ary Lex.

O artigo começa a ser estruturado pela identificação do tema e apresentação dos principais elementos de organização das escolas agrícolas realizadas no início do século XX. Em seguida, trata de algumas notas sobre o educador estadunidense John Dewey, e, aprofunda com maior atenção, o pensamento de Carneiro Leão sobre a educação rural com a participação de Ary Lex. Para finalizar, aponta para algumas considerações que possibilitam o adensamento dos debates em torno da educação rural na atualidade sob a égide dos sentimentos afetivos permeados na relação com a terra.

## O DECRETO Nº 8.319 DE 20 DE OUTUBRO DE 1910

À medida que o país começa a alavancar no processo de industrialização e comercialização, é criado, em 1906, o Ministério dos Negócios, da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Decreto nº 1.606. Mais tarde, em 1910, o mesmo Ministério promulgou, segundo Nagle (1974), a mais sistemática, diversificada e aparatosa legislação, expressa pela retórica dos cursos de direito - o Decreto nº 8.319 com 591 artigos que tratam sobretudo da educação agrícola no Brasil.

Para se ter uma ideia aproximada de seu conteúdo, basta pensar nas onze divisões da educação agrícola — superior, média ou teórico-prática, prática, aprendizados agrícolas, primária agrícola, escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola. Consultas agrícolas e conferências agrícolas — e no número de seus serviços e instalações complementares — estações experimentais, campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos. (Nagle, 1974: 275).

O documento vigorou por um bom tempo mesmo que muitas vezes demonstrou distância entre as necessidades das “empresas agrícolas” e o aparato legislativo escolar tendo em vista que os trabalhadores poderiam apreender as técnicas agrícolas na própria empresa sem necessariamente frequentar a escola. Porém, mesmo sendo um documento denso, mas, não necessariamente ser aplicado com toda sua funcionalidade, podemos nominar aqui como a “certidão de nascimento” da Educação Rural no Brasil, haja vista as reais necessidades do processo de capitalização do campo. Pois, mesmo que esse decreto tenha sido elaborado durante os primeiros anos da inexperiente Primeira República, ele foi importante porque posteriormente inspirou receituários de ensino para a formação dos trabalhadores rurais no decorrer do século XX.

No contexto da recente República, o Decreto nº 8.319 foi lançado sob o discurso de uma retórica liberal na linguagem da República Velha. O documento foi assinado por Nilo Peçanha que assumiu a presidência da República após a morte de Affonso Penna. Grosso modo, podemos sinalizar que o Decreto foi norteado pelos interesses mais amplos da oligarquia agrária, notadamente pela cultura cafeeira da época. O documento enuncia no seu artigo primeiro como finalidade, “a instrução técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlativas, e compreende o ensino agrícola, de medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais” (Decreto nº 8.319, 1910). Também anuncia que o ensino agrícola seria formado pelo ensino superior, ensino médio ou teórico-prático, ensino prático, aprendizados agrícolas, ensino primário agrícola,

escolas especiais de agricultura, escolas domésticas agrícolas, cursos ambulantes, cursos conexos com o ensino agrícola, consultas agrícolas e conferências agrícolas.

É interessante destacar que o decreto começa a tratar da organização dos cursos pelo ensino superior. Sob esse ponto de vista, suspeitamos que se tratava inicialmente dos cursos mais complexos e relevantes, cujos diplomas apresentavam maior importância à sociedade que começava a pensar e a consolidar suas primeiras faculdades. Em seguida, passa pelo ensino primário até chegar às conferências agrícolas. Ainda que a legislação buscasse contemplar a todos pelas suas modalidades, foram apresentados requisitos – para o ingresso no curso de cada modalidade de ensino. Estes eram segregados pelo dualismo na educação. Assim, o ingresso no ensino superior deveria ocorrer mediante o título de bacharel em ciências e letras, comprovado mediante certificado de exame nas disciplinas de português, francês, inglês ou alemão, história geral e do Brasil, geografia geral e do Brasil, física e química, história natural e matemática elementar. A cada ano seriam admitidos 100 alunos. Prática semelhante de admissão e instrução foi adotada para os cursos do ensino médio ou teórico e prático que tinham como finalidade habilitar profissionais com diplomas para o trabalho e auxílio técnico. Destacamos aqui que, as três primeiras modalidades de ensino propostas pelo Decreto nº 8.319, estavam voltadas exclusivamente para os herdeiros dos latifundiários no país cuja habilitação nos conteúdos de requisito para admissão nos cursos era o título de bacharel em ciências ou letras, obtidos nas escolas das principais cidades do país ou até no estrangeiro.

O Decreto apresenta no capítulo XXXI uma educação para uma outra classe social, ou seja, trata aqui da educação dos trabalhadores meeiros/arrendatários, herdeiros do sistema escravagista. O capítulo trata dos “aprendizes agrícolas” compreendidos como os trabalhadores que seriam formados para os mais diversos serviços nas propriedades rurais, “exploradas de acordo com as modernas práticas agrônômicas” (Decreto nº 8.319, 1910). Ao analisar o artigo 269, verificamos que essa modalidade de ensino destoava das anteriores porque retirava toda a questão teórica-científica dos conteúdos para dar ênfase somente às questões práticas de manuseio das máquinas, como podemos ver:

O ensino é exclusivamente pratico e deve aproveitar de preferencia aos filhos de pequenos cultivadores e trabalhadores ruraes que queiram instruir-se nas artes manuaes ou mecanicas que se relacionam com a agricultura, nos methodos racionaes de exploração do solo, manejo dos instrumentos agrarios, nas praticas referentes á criação, hygiene e alimentação dos animaes domesticos, seu tratamento, e ás diversas industrias rurais. (Decreto nº 8.319, 1910).

O propósito da educação de aprendizes foi preparar os filhos dos pequenos agricultores para se instruírem nas artes manuais e mecânicas de acordo com a exploração agrícola da época — uma educação para formar trabalhadores rurais e não engenheiros agrônomos, médicos veterinários, por fim, uma educação profissional aplicada à agricultura. A admissão no curso não exigia conhecimento algum sobre as letras ou a ciência; bastava que o candidato tivesse entre 14 e 18 anos, boa conduta e constituição física apta ao serviço do campo, ser vacinado e isento de doenças infectocontagiosas. Desta forma, identificamos o adensamento da segregação e da dualidade na educação rural desde a sua certidão de criação.

Os estudantes do ensino profissional e superior, além de receberem diploma, seriam premiados com cargos públicos no governo sem terem de passar necessariamente pelo concurso público. Quanto ao ensino agrícola para os trabalhadores, não existia no Decreto, uma seção que tratasse da premiação, mas, por outro lado, o documento mencionava que os melhores alunos do curso de aprendizes agrícolas poderiam receber um lote de terra do Governo para implementar as técnicas aprendidas durante o curso.

Já o ensino primário agrícola admitia o ingresso de alunos dos dois sexos e estava baseado no método experimental. “O ensino primario agricola não constitue um curso systematico de agricultura ou de ciencias accessorias, cabendo-lhe apenas a função, meramente educativa, **de despertar a atenção dos alunos para a vida do campo**” (Decreto nº 8.319, 1910, grifo nosso). Ressaltamos aqui que despertar a atenção para a vida no campo já era uma função das escolas primárias e que antecedia o Ruralismo Pedagógico propagado durante a “Era Vargas”, cujos registros foram encontrados no Decreto que oficializou o ensino agrônômico no Brasil em 1910, por meio do método experimental a ser implementado no ensino primário agrícola.

O artigo terceiro do Decreto apontava que o ensino agrícola seria ministrado em estabelecimentos adaptados para esse fim, complementados com estações **experimentais**, campos de **experiência** e demonstração, fazendas **experimentais**, estação de **ensaio** de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos. Encontramos aqui, uma mutação de ideias correlacionada com os escritos do filósofo e precursor do pragmatismo pedagógico estadunidense John Dewey, além de outros contemporâneos da Escola Nova como Friedrich Froebel e Célestin Freinet que também abordavam atividades complementares a serem desenvolvidas pela escola como excursões, visitas e passeios a propriedades rurais, fábricas, museus, mercados para avolumar as experiências dos alunos e dar por fim segundo Dewey (1909), vida à escola.

## ALGUMAS NOTAS SOBRE JOHN DEWEY

O período entre 1910 e 1920 foi de consolidação do pensamento de John Dewey, especialmente pela obra “Democracia e educação” publicada em 1916. Na obra, o educador apresentou a democracia como a forma de vida mais apropriada ao progresso e à modernização da sociedade para o futuro – científica e democrática. O filósofo de formação, defendeu sua tese sobre a psicologia em Immanuel Kant, na qual buscou, na filosofia, na educação, na psicologia, na sociologia e na política, elementos para formular mecanismos de modernização e progresso da sociedade tomando como base a educação.

O pragmatismo pedagógico foi um modelo proposto pelo educador como inovador, à medida que negava tudo o que era velho, isto é, o modelo de educação tradicional, oportunizando a ascensão da Escola Nova que efetuará uma reconstrução social, e, portanto, contribuirá para o desenvolvimento de uma sociedade científica, aberta e democrática. Anteriormente, preocupado com a função social da escola no início do século XX, em 1909, John Dewey publicou a obra “Princípios morais em educação”, na qual apresentou a escola como uma instituição fundamentalmente construída pela sociedade para realizar um trabalho específico de manutenção da vida e do progresso para o bem-estar.

Para Dewey (1909), a função da escola é desenvolver uma praxe moral em que todas as práticas pedagógicas estão relacionadas com a realidade do aluno e, assim, a escola será um espaço animado pelo sopro da vida para a vida. A escola tem como premissa a transmissão das conquistas tecnológicas, artísticas, científicas e morais, pois, do contrário, o autor destaca que os seres humanos não se distinguirão dos demais animais. Dewey (1916), destaca ainda que comunidade e comunicação são primordiais para o exercício da comunicação onde ocorre a transmissão dos valores morais. Portanto, nada melhor que investir em pequenas escolas junto as igrejas em cada comunidade que se forma em torno de objetivos comuns, como: “crenças, aspirações, conhecimento — uma compreensão comum — a mentalidade como dizem os sociólogos” (Dewey, 1916: 10). Para o educador são valores que não podem ser passados fisicamente de um para outro, como um tijolo ou um pedaço de bolo, mas por meio da transmissão dos valores morais de uma geração à outra. E complementa que, a convivência educa, amplia e ilumina a experiência, mas nem sempre a melhor experiência é da família ou aquela que a família transmite, portanto, a melhor forma de treinamento dos jovens pela experiência para a civilização é a escola.

Em relação aos conteúdos transmitidos pela escola, o educador destaca que a maioria do conhecimento acumulado historicamente dentro de uma cultura avançada está armazenada em símbolos, longe de ser traduzida em atos e objetos familiares, pois está desconexa com as práticas, logo, esvaziada de vida. Sendo assim, não basta o professor ter ciência do saber acumulado, mas, precisa por primeiro se aproximar da vida do aluno para depois saber até onde é possível nutri-lo de conhecimento útil. Pois o professor precisa entender que aquilo que a “nutrição e reprodução são para a vida fisiológica, a educação é para a vida social” (Dewey, 1916: 11).

John Dewey foi um precursor do pragmatismo pedagógico ao tentar dar uma utilidade prática à escola, asseverando que a escola dentro de uma comunidade tivesse como função social a melhoria de vida das pessoas que vivem ao seu entrono. Destarte, a instituição escolar deve ser um ambiente simplificado, não sobrecarregado com as trivialidades do dia a dia, mas, que se torne um espaço purificado, transmitindo conhecimentos que contribuam para a sociedade futuramente. Cabe à escola desenvolver atividades de integração e estabilização das influências dos diversos ambientes sociais em que o indivíduo circula, como a família, a rua, o comércio e a associação religiosa.

Segundo Dewey (1916), ao ingressar na escola, a criança traz uma carga de conhecimentos e imitações comportamentais já transmitidas pelos adultos. Desta forma, compete à escola, tomar contato com a realidade da criança para selecionar as experiências fundamentais ao progresso da criança e realizar um *bring up*, isto é, um afloramento das suas emoções e sentimentos sem perder de vista a direção, o controle e a orientação do seu desenvolvimento. Reconhecido por não aceitar o ensino unicamente pela transmissão e a aprendizagem pela absorção passiva, Dewey defendeu a ação pedagógica como um processo ativo e construtivo em que a escola deve ensinar o aprender a aprender, e mais do que isso, o *aprender* ao longo da vida. “O propósito da educação escolar é assegurar a continuidade da educação organizando os poderes que asseguram o crescimento” (Dewey, 1916: 65).

Depois de tratar, nos primeiros capítulos em “Democracia e Educação” de uma educação para todos, o autor buscou especificar a função social da educação para diferentes grupos e assinalou que a sociedade que visa realmente a mudança para melhor terá padrões e métodos diferenciados daquelas que objetivam apenas a perpetuação dos seus próprios costumes. E sobre os fins da educação, Dewey usou como exemplo o trabalho do agricultor para comparar com o do professor e dizer que ambos encontram recursos e obstáculos semelhantes no seu percurso.



O agricultor precisa lidar com as condições estruturais como o cuidado com as sementes que brotam, a chuva que cai, o sol que aquece, a ferrugem que vem, os insetos que devoram e as estações que mudam. Ele precisa levar todos esses fatores em consideração ao traçar seus objetivos na agricultura. As perspectivas de possíveis consequências por conta de intempéries devem ser administradas a partir de uma observação cuidadosa das performances da natureza. Situações semelhantes se aplicam à educação quando o professor elabora um plano de aula, levando em conta o contexto quando o objetivo é observar a origem, o fim e a arrefecimento das preferências e interesses das crianças, pois as capacidades brotam e florescem irregularmente. São considerações nos levam a perceber que uma das contribuições de Dewey para a Escola Nova se traduz pelas observações que o professor deve fazer dos seus alunos, orientado pelos três elementos da educação escolar: controle, direção e orientação para um *bring up* (afloramento) dos sentimentos para assim dar propriamente vida à escola.

Em “Democracia e educação”, Dewey propôs uma filosofia da educação na qual destacou a necessidade do processo educativo para mudar o mundo por intermédio de uma filosofia intimamente ligada à experiência dos homens, capaz de dar conta dos valores produzidos e competente para projetar os valores que a humanidade deseja ver concretizados (Cunha, 1994). Para Dewey (1916), o professor apresenta aos alunos algo para fazer e não para ensinar, porque quando o aluno precisa fazer, exige-se dele o pensamento ou a observação intencional das conexões e assim a aprendizagem ocorre naturalmente por meio de uma ação *learning by doing*.

Além das atividades que precisam ser realizadas pelo aluno, o professor deve lançar problemas (perguntas), atribuir tarefas e ampliar as dificuldades. Dewey (1916), sugeriu que vale a pena discriminar as perguntas em diferentes tipos, pois existem aquelas que partem da experiência do aluno e aquelas que o professor faz apenas para transmitir uma instrução que poderia envolver uma experimentação fora da escola ou um problema levantado em sala de aula. As perguntas feitas pelo professor precisam ser bem elaboradas para que sejam capazes de proporcionar às crianças e aos jovens as delícias da produtividade intelectual. Afinal, nenhuma ideia ou pensamento pode ser transmitido de uma pessoa para outra na sua originalidade; a comunicação é muito mais importante para estimular outras pessoas a fazer perguntas por si mesmas.

Diante das experiências educativas, Dewey (1916) defendeu uma escola equipada com laboratórios, jardins, espaços para dramatizações e jogos para reproduzir as situações da vida real e favorecer a aquisição de conhecimentos por

meio de experiências progressistas. Assim como os órgãos do corpo humano são partes indissociáveis do mundo, as capacidades de ver, ouvir, amar e imaginar estão intrinsecamente ligadas ao mundo e são as formas mais verdadeiras de expressar a função da experiência na qual há uma interação contínua de energias dissolvidas entre o sujeito e o objeto, ou entre o método e o conhecimento.

In brief, the method of teaching is the method of an art, of action intelligently directed by ends. But the practice of a fine art is far from being a matter of extemporized inspirations. Study of the operations and results of those in the past who have greatly succeeded is essential. There is always a tradition, or schools of art, definite enough to impress beginners, and often to take them captive. Methods of artists in every branch depend upon thorough acquaintance with materials and tools; the painter must know canvas, pigments, brushes, and the technique of manipulation of all his appliances. Attainment of this knowledge requires persistent and concentrated attention to objective materials. The artist studies the progress of his own attempts to see what succeeds and what fails. The assumption that there are no alternatives between following ready-made rules and trusting to native gifts, the inspiration of the moment and undirected "hard work," is contradicted by the procedures of every art (Dewey, 1916: 177).

Para Dewey (1916), abrir a mente significa permitir o acesso a qualquer situação que vai lançar uma luz sobre um assunto que precisa ser esclarecido e que ajudará a determinar os caminhos a serem seguidos, pois o crescimento intelectual significa a expansão dos horizontes e a formação de novos propósitos e respostas. Ele acentuou que os dois grandes males que levam à retenção da capacidade intelectual de crescer são a teimosia e os preconceitos porque limitam a mente para novos estímulos, e uma mente fechada revela uma idade intelectual infantilizada, isto é, não desenvolvida e, portanto, não cresce.

Ao definir o ato educativo, Dewey (1916) destacou que somente na educação e não na vida do agricultor, do marinheiro, do comerciante ou do médico, o conhecimento, antes de tudo, representa um estoque de informações que não está diretamente ligado ao fazer ou executar determinada prática, mas, está reservado para determinadas reflexões, normalmente aquelas ligadas à vida do aluno e tem a ver com os propósitos da educação. Destarte, "o esquema de um currículo deve levar em conta a adaptação dos estudos às necessidades da vida comunitária; é preciso selecionar com a intenção de melhorar a vida que temos em comum para que o futuro seja melhor que o passado" (Dewey, 1916: 199), e foi com tal premissa que Carneiro Leão intentou um modelo de educação rural no Brasil.

## A SOCIEDADE RURAL SOB O OLHAR DE ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO

Antônio Carneiro Leão nasceu na cidade de Recife, em 1887, onde se formou bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1911. Em seguida, foi professor universitário, ministrando a disciplina de filosofia na Faculdade do Recife. Em 1914, se mudou para o Rio de Janeiro e continuou trabalhando na área educacional, tendo sido nomeado diretor geral da instrução pública no Rio de Janeiro, exercendo o cargo de 1922 a 1926. Envolvido com a campanha para educação popular, retornou para Recife onde empreendeu, em 1928, a reforma educacional de Pernambuco que levou o seu nome. Um ano mais tarde foi designado secretário de Estado do Interior, Justiça e Educação daquele estado.

Ao ser nomeado diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais em 1934, criou e dirigiu o Centro Brasileiro de Pesquisas Pedagógicas da Universidade do Brasil. Além de exercer docência na Universidade do Recife, foi professor universitário em várias instituições. Visitou e realizou conferências em universidades de países como Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina. No período entre 1945 e 1957, Carneiro Leão foi diretor (decano) da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, tendo por isso participado como conferencista em diversas instituições internacionais.

Carneiro Leão foi um dos pesquisadores que viajou por diversas regiões do país, e isso apareceu em seus escritos quando apresentou exemplos bastante concretos da realidade social brasileira, notadamente o sertão. Aqui, podemos aproximar o educador de Guimarães Rosa naquilo que se refere sobre olhar para o sertão. “O sertão não tem janelas nem portas. E a regra é assim: ou o senhor bendito governa o sertão, ou o sertão maldito vos governa” (Rosa, 1965: 374). Entender um mundo sem portas e janelas, à luz da psicologia experimental, foi um dos desafios apontados por Carneiro Leão marcando suas publicações, principalmente aquelas que tratam da educação popular e da sociedade rural.

Ainda sobre a sua inserção no sertão e a inferência no modo de vida do sertanejo, em determinadas passagens de suas produções literárias, Carneiro Leão fez menção à obra de Euclides da Cunha, a quem chamou de “vanguardeiro da plêiade dos sociólogos” (Carneiro Leão, 1958: 56). E assim apontou a obra, “Os sertões” como uma sociologia regional aplicada sobre a vida do sertanejo. Para Carneiro Leão, a literatura além de mostrar a realidade social, era uma forma de romancear determinada realidade quando argumentava que, no domínio da ficção, o romance tem importância maior que a obra científica, a partir do enten-

dimento de que a literatura não é uma palavra vã, mas sim “uma força com a qual devemos contar” (Carneiro Leão, 1958:62).

No decorrer da pesquisa, fomos percebendo que o educador se deixou contagiado pela literatura da época que o levou aos mais diversos recôncavos sertanejos, buscando sob uma ótica da psicologia e sociologia experimental apreender uma determinada realidade social, a qual toma para si e diante delas traça algumas proposições pedagógicas. Dentre as suas proposições, uma das mais importantes, a ser tratada aqui é sobre o gostar do lugar em que vivemos no país que acolhe.

Para o educador, é preciso que alguma instituição como igreja e escola, sejam capazes de estimular um sentimento de pertença e afeto pelo lugar onde as pessoas vivem. Em seguida, o educador também apontou a necessidade de ressaltar as belezas naturais do país, especialmente aquelas que aparecem nos símbolos nacionais, como as cores da bandeira brasileira e a necessidade de saber interpretar o hino nacional. E assim, a maior pretensão de Carneiro Leão foi “a adaptação do homem aos diferentes meios rurais” (Carneiro Leão, 1954: 29).

Além da literatura mencionada que inspirou o educador, ainda destacamos a constante referência ao escritor inglês Cunninghame Graham quando em 1920, publicou “*A Brazilian mystic: being the life and miracles of Antonio Conselheiro*” cuja obra descreve o sertanejo como aquele que herdou do sangue indígena a resistência e a paciência, e dos brancos a inteligência e o amor individual sob as luzes iluministas. Também retomou da literatura brasileira, os contos de Simões Lopes Neto e Manuelito Orneias, com os quais buscou demonstrar a bravura do homem dos pampas e a paixão pela terra fértil, além dos romances de Érico Veríssimo para referendar uma “região tão amplamente favorecida pelo destino que o estrangeiro, que pisa seu solo, **nele se fixa definitivamente**” (Carneiro Leão, 1958:66, grifo nosso). Reforçamos aqui que a assimilação dos imigrantes também era uma das questões tratadas por Carneiro Leão no que se refere ao seu desejo de fixação do homem no campo.

Como ato de veneração à região sul, lugar que recebeu grande parcela de imigrantes trabalhadores para plantar, o autor escreveu:

Os pampas, como as demais regiões do Brasil, têm seu sortilégio. Goza-se, até à vertigem, a embriaguez do espaço, do silêncio e da solidão. Sem fadiga caminha-se léguas e léguas na imensidão atraente, na perseguição teimosa de horizontes que recuam sempre. Um pouco de melancolia paira sobre essas terras uniformes nas quais, não podendo cantar por entre as folhagens das árvores, o vento é triste, quando não se mostra bravio como o “minuano”, ou selvagem como o “siroco” do deserto, que desmonta inteiramente as frágeis arquiteturas das dunas. Mas que pode o vento dos pampas sobre os eivais infinitos que se curvam tão docemente à sua passagem? (Carneiro Leão, 1958: 66).

À medida que Carneiro Leão foi apreendendo a dinâmica da vida na sociedade rural, foi vislumbrando na educação a solução para a disparidade social que ocorria do norte ao sul, especialmente naquelas regiões que mais se distanciam do litoral e das cidades maiores. Durante suas viagens, identificou no litoral um amontoado de pessoas formando as principais cidades do Brasil e, quanto mais se distanciava em direção ao sertão, identificava a diminuição da densidade populacional e o aumento da pobreza. “No decênio de 1910-1920, o Brasil cresceu 14,9% sobre a população global. A população urbana cresceu, neste período 18,8% sobre o total anterior, ao passo que a população rural apenas de 3,2%” (Carneiro Leão, 1939:36). Apreensivo com os dados, Carneiro Leão foi um dos educadores e intelectuais da educação brasileira que passou a fomentar com bastante avidez a construção de “escolinhas” e a formação de professores experimentados nas disciplinas de psicologia e sociologia rural, capazes de se adaptar aos mais diversos contextos do sertão brasileiro.

#### UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE RURAL

Durante quase dez anos seguintes à sua formação em ciências jurídicas e sociais, Carneiro Leão fez incursões pelo sertão, envolvendo-se com as questões sociais e políticas brasileiras, dentre as quais a educação popular<sup>1</sup> ocupou lugar de destaque e motivou a produção do livro “O Brasil e a educação popular” (1917), no qual ele asseverou:

O Brasil precisa se convencer de que não são conchavos políticos nem regimes, não será o parlamentarismo nem a revisão constitucional nem nada disto que lhe dará a segurança futura, mas o trabalho, a iniciativa, a energia aplicada e perseverante. [...] Que se convençam todos de que para a grandeza de um povo a educação paira acima de partidos, de políticos e até de instituições (Carneiro Leão, 1917: 34).

Enquanto aprofundava seus estudos no campo da educação, Carneiro Leão encontrou na sociologia da Escola de Chicago uma possibilidade de corrigir os problemas da sociedade por meio de um magistério apropriado que fosse conhecedor da realidade brasileira, e foi assim que inaugurou uma sociologia adequada ao sertão brasileiro. Para o autor:

uma vez que a Sociologia é o estudo dos fatos sociais, orientado nos princípios e nos métodos que permitem explicá-los e utilizá-los para compreender e conduzir a vida em sociedade, disciplina alguma será mais necessária à formação da juventude da hora atual (Carneiro Leão, 1958: 17).

---

<sup>1</sup> O autor chamava a atenção para a educação popular como aquela destinada aos menos afortunados, custeada pelo governo e realizada nas escolas de primeiras letras (Carneiro Leão, 1917).

Preocupado em formar professores que fossem capacitados para a aplicação do método sociológico, Carneiro Leão procurou organizar algumas questões que julgava serem importantes e elaborou um conjunto de lições, lançado pela primeira vez em 1940, com o título “Fundamentos de sociologia”. Para o autor, era essencial apresentar aos futuros professores uma forma adequada de tratar a sociologia e de levá-la até as instituições escolares. A sociologia educacional proporcionaria ao futuro professor conhecer a realidade educacional brasileira e daria condições de pensar sua ação pedagógica. Para Carneiro Leão (1954), nada poderia ser mais coerente que tratar da formação daqueles que iriam formar ou educar as futuras gerações brasileiras. Realizar essa formação mediante o estudo aprofundado do berço dessas gerações, conhecendo sua realidade social, suas verdadeiras vivências, problemas e raízes, era primordial para a educação brasileira.

O educador foi um dos fundadores da sociologia no Brasil e criou a cadeira de sociologia experimental durante a reforma da educação de Pernambuco em 1928, justificando que ao ser criado o vocábulo “brasilidade” lhe faltou conteúdo. A pedido do governador de Pernambuco, aliou-se a seu conterrâneo Gilberto Freire para criarem a disciplina de sociologia notadamente para a formação de professores da Escola Normal de Pernambuco.

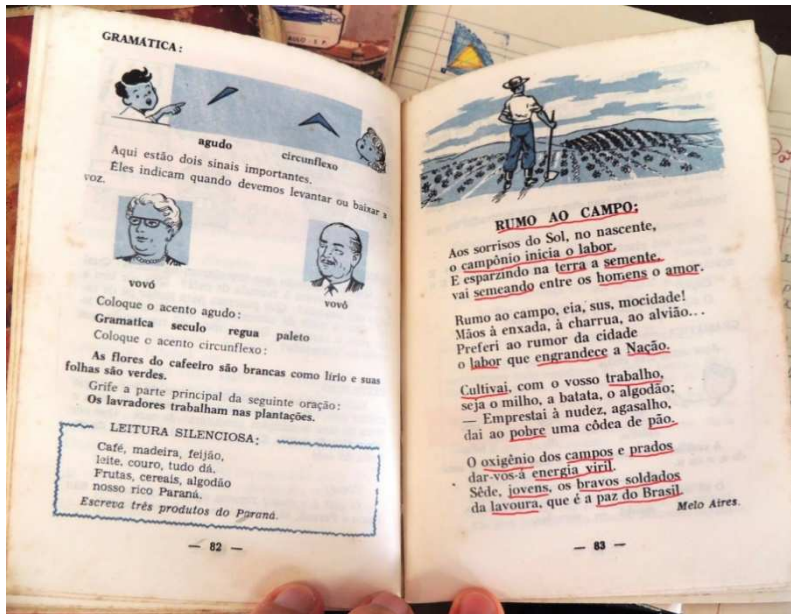
Anos mais tarde, a cátedra de sociologia de Gilberto Freire da Universidade do Distrito Federal foi sucedida por Antônio Carneiro Leão, quando em determinado momento destacou que a sociologia era capaz de “auscultar as realidades brasileiras, de sondar a vida social, regional e nacional presente, de modo objetivo e científico” (Carneiro Leão, 1939:1). Quatorze anos mais tarde (em 1954), ao prefaciá-la a segunda edição do seu livro, “Fundamentos de sociologia”, o autor retomou sobre a finalidade da sociologia e complementou que sua função será, “auscultar as palpitações sociais no mundo contemporâneo, visando coletar dados suficientemente ricos para guiar a política” (Carneiro Leão, 1954: 7). Enquanto, na primeira edição, ele acentuou a investigação para a ciência, na segunda, aclamou-a para uma orientação política.

Para o autor, a escola de formação de professores era o melhor espaço para que a sociologia “estudasse os problemas sociais contemporâneos pelo método da experimentação” (Carneiro Leão, 1954:7), pois acreditava que dessa forma, era possível organizar a educação do povo. Verificamos nesse ponto, uma forte aproximação com as ideias de John Dewey, evidenciadas no momento em que o educador brasileiro identificou no conceito de experiência, o elemento necessário da educação para a sociedade e para a vida, e por fim, ao citar a Escola de

Chicago, indicou como finalidade primeira das ciências sociais o “estudo das relações entre o **homem**, a **terra**, a **planta**, os **animais** e os **outros homens** da mesma região” (Carneiro Leão, 1939: 2, grifo nosso). Salientamos que ali brotava o amor pela terra desenvolvido e aviltado pelos conteúdos escolares orientados para as escolas rurais.

Nessa perspectiva, consideramos importante ilustrar a lição, “Nossa fazenda de café” por meio do livro didático “Meu Diário” (figura 1), de Luisa Dorfmund (1964):

FIGURA 1 - NOSSA FAZENDA DE CAFÉ - MEU DIÁRIO. V.2. 1964. (GRIFOS NOSSO)



Fonte: Acervo pessoal de Ademir Valdir dos Santos.

### **Rumo ao Campo** [Transcrição]

Aos sorrisos do Sol, no nascente,  
o campônio inicia o labor.  
E esparzindo na terra a semente,  
vai semeando entre os homens o amor

Rumo ao campo, eia, sus, mocidade!  
Mãos à enxada, à charrua, ao alvião...  
Preferi ao rumor da cidade  
o labor que engrandece a nação.

Cultivai, com vosso trabalho,  
Seja o milho, a batata, o algodão:

-Emprestai à nudez, o agasalho.  
dai ao pobre uma côdea de pão.

O oxigênio dos campos e dos prados  
Dar-vos-a energia viril.  
Sêde, jovens, os bravos soldados  
da lavoura que é a paz do Brasil.

Melo Aires

Tomando o texto como base, ressaltamos algumas palavras-chave que marcam o texto “Rumo ao campo” como: campo, campônio, labor, terra, semente, homem, amor e ainda o fragmento “labor que engrandece a nação” como formas de evidenciar aquilo que Carneiro Leão abordava intencionalmente nas lições de sociologia para a educação rural no Brasil. Sobre o heroísmo do campônio, Carneiro Leão evidenciou numa das suas aulas magistrais na Sorbonne, em 1957, o seguinte: “O esforço dos campônios e dos sertanejos para povoarem o campo e o sertão, contribuindo assim para a riqueza do Brasil, é verdadeiramente heroico” (Carneiro Leão, 1958:62).

E para alavancar sua intencionalidade em relação ao progresso do país, o educador destacou a coragem e acentuou a necessidade de escolas, considerando que o homem do campo constituía a reserva legítima da nacionalidade, mas enfrentava muitos problemas. “Um dos mais angustiosos, quanto às consequências, são as dificuldades e, muitas vezes, impossibilidade de educar os filhos. As escolas estão longe, muito longe” (Carneiro Leão, 1958:62). Aqui, percebemos o apelo do educador pela construção de pequenas escolas no meio rural, capazes de se aproximar da realidade do campônio, tendo em vista que o ato heroico dos sertanejos, ainda não se dava pelo grau de escolaridade, mas pela bravura no processo de povoamento de áreas muitas vezes inóspitas.

A segunda edição de “Fundamentos de sociologia” (1954) é composta por 28 aulas de sociologia com indicações de tópicos para estudo e discussão e outros para pesquisas e relatórios, além de uma apresentação bibliográfica sobre cada tema para os estudantes e outra, mais aprofundada, baseada numa bibliografia estrangeira para os mestres. Essa edição inclui comentários elogiosos de 17 renomados críticos e pensadores brasileiros e estrangeiros, como o psicólogo e educador francês Henri Wallon, da Sorbonne:

Fundamentos de Sociologia orientam com maestria os estudantes brasileiros no estudo de uma sociologia precisa e objetiva, capaz de ver a um tempo os fenômenos comuns às sociedades contemporâneas e os peculiares a regiões bem determinadas. A importância desse livro há de ser grande num país como o Brasil em que as condições de vida tão diversas oferecem tantas possibilidades de transformação (Wallon, 1954 citado em Carneiro Leão, 1954: 215).



Uma sociologia que oferece possibilidades de transformação. É assim que a obra de Carneiro Leão foi compreendida por pensadores como Henri Wallon e Pitirim Sorokin da Universidade de Harvard: “Fundamentos de Sociologia são trabalhos de fôlegos, altamente estimuladores no campo da sociologia” (Sorokin citado em Carneiro Leão, 1954: 215). Coriolano Alberini, da Universidade de Buenos Aires, comentou que “é mister acentuar a originalidade dos pontos de vista, a experiência tão concreta dos assuntos tratados, o seguro método de investigação e a elegância da forma de Fundamentos de Sociologia” (Alberini citado em Carneiro Leão, 1954: 217). E por fim, Gilberto Freire também deixou seu elogio ao livro apresentando as seguintes considerações:

‘Fundamentos de Sociologia’ é um livro moderno na sua orientação geral de técnica de investigação sociológica: ótimo na apresentação didática do material reunido, estimulante e sugestivo quanto aos problemas sociais dos nossos dias e, principalmente do nosso país, para os quais atrai a atenção do leitor em geral e do estudante de sociologia em particular (Freire citado em Carneiro Leão, 1954: 217).

Essa obra atrativa para a sociologia, aliada às produções de Gilberto Freire, tomou lugar no Brasil, especialmente na formação de professores tendo em vista que Carneiro Leão não fez uma sociologia geral, mas uma sociologia da educação. Apresentamos algumas considerações da obra para ilustrar os cenários de intelectuais que dialogavam com Carneiro Leão nesse momento. É importante informar que a primeira edição de “Fundamentos de Sociologia” (1940) coincidiu com o ano de lançamento da segunda edição de “Sociedade rural: seus problemas e sua educação” (primeira edição em 1939 e segunda em 1940) e que, entre a vasta relação de referências bibliográfica das 28 lições de “Fundamentos de sociologia”, oito delas indicam “Sociedade rural: seus problemas e sua educação”. É, portanto, a obra do autor mais citada, o que não causa espanto, pois trata de conteúdos semelhantes. Ainda que Carneiro Leão tenha dedicado três capítulos em “Fundamentos de sociologia” para a sociologia urbana, foi na sociologia rural que focou sua maior atenção.

A obra que referência à sociedade rural é composta basicamente de quatro partes que tratam da sociologia de “sertanejos e matutos”, assim nominados pelo autor, para a construção da unidade nacional dos territórios que começavam a se degenerar. Carneiro Leão inseriu fotografias da época que ilustram a realidade do sertanejo brasileiro. A partir das ilustrações, o autor revelou, na primeira parte da obra, questões emblemáticas como saúde e higiene, dietética alimentar, monocultura, regime de vida e de trabalho, doenças e carências vitamínicas, habitação, mobilidade e o êxodo para a cidade – como uma “hemiplegia nacional” (aventando a política desnacionalizadora e antieconômica de embeleza-

mento e endeusamento das capitais e cidades litorâneas) e por fim, a necessidade de civilizar o Brasil por meio da escola moderna.

A educação, nesse sentido, ganhou espaço na segunda parte da obra, na qual o autor dedicou um capítulo especial à “área da cultura e o problema da escola” e seis capítulos para discutir o meio rural brasileiro, ressaltando a diversidade nos aspectos físicos, históricos e sociológicos numa perspectiva de construção de uma brasilidade, além da cultura, dos pontos de vista psicológico, antropológico e sociológico. Também evidenciou o papel da escola na construção da unidade nacional, o conceito moderno de educação, a doutrina de Dewey e sua influência universal, a ecologia humana para a adaptação do homem ao meio natural e a necessidade de uma alfabetização apropriada ao campo. Diante deste cenário, o autor defendeu que a alfabetização escolar deveria ocorrer pela “conquista do belo, do verdadeiro, do justo, onde o homem devia formar uma **liberdade de sentimento e de pensamento** capaz de fazê-lo uma força construtiva” (Carneiro Leão, 1958: 116, grifo nosso) para uma nova nacionalidade.

A partir desse entendimento, o intelectual brasileiro asseverou em suas obras, uma educação para o imigrante que se instalava nas terras ainda pouco habitadas uma educação capaz de “torná-lo apto a pensar, a sentir, a querer por si mesmo, iluminado pela luz de sua própria razão. Era levá-lo a construir uma sociedade, um Estado, cujo lema fosse liberdade individual dentro de uma ordem segura” (Carneiro Leão, 1958: 116-117). O autor acreditava que, quando a educação fosse realizada em benefício do crescimento individual e correspondesse às necessidades funcionais, aos reais interesses do indivíduo, a ascensão deste se tornaria mais fácil.

A escola deveria encarar os problemas dos alunos por meio da quádrupla realidade — indivíduo, meio físico, meio social e meio cultural —, ao invés de ater-se a abstrações estranhas como escrever, contar e ler sobre a vida moderna das cidades, o que não convinha à realidade dos educandos. Para Carneiro Leão, as ciências, filosofias, letras e artes eram a alma da terra que contribuía para edificar a civilização. “Nossa obra é uma obra de civilização. Sem resolvermos o problema da nutrição, o problema do conhecimento e do domínio da terra, o problema do trabalho nada se terá conquistado de definitivo” (Carneiro Leão, 1958: 154).

Um outro problema apontado pelo educador foi sobre a formação de “quistos raciais” — uma preocupação constante — que foi tratada na obra “O Brasil e a educação popular” (1917), enfatizando as colônias alemãs no Sul do Brasil,

e mais tarde em “Panorama sociológico do Brasil” (1958), se debateu com as colônias japonesas em São Paulo e no norte do Paraná. Para tanto, o educador apontou alguns propósitos de educação, onde sobretudo visava a unificação de uma educação rural e, portanto, o fortalecimento da língua nacional:

- a) Criação em toda a zona rural e litorânea de escolas primárias típicas rurais e praieiras e transformação das já existentes;
- b) Oficialização e fundação de “Clubes Agrícolas Escolares” e “Clubes de Trabalho”;
- c) Criação da Superintendência do Ensino Rural nos Estados;
- d) Obtenção das municipalidades ou de particulares de um terreno com a área mínima de um hectare para essas escolas típicas rurais;
- e) Criação e impressão pelos governos de um periódico para larga divulgação gratuita às crianças e professores das zonas rurais de assuntos de agricultura prática, zootécnica aplicada a pedagogia rural;
- f) Criação das missões técnicas culturais destinadas a realizar cursos rápidos para as populações rurais em geral;
- g) Impressão e divulgação de livros didáticos destinados a zona rural;
- h) Preparo de filmes educativos sobre motivos ruralistas;
- i) Fundação, quando possível, pelos governos, de uma estação transmissora para divulgação de noções de agricultura, zootécnica, higiene, pedagogia rural e educação física;
- f) As escolas típicas rurais, como as escolas brasileiras em geral, devem cuidar, na medida de suas possibilidades, de assimilar os elementos alienígenas;
- k) A escola rural, apesar da sua organização pedagógica ser de caráter regional, estimulará, por todos os meios, o espírito de brasilidade e pugnará pela unidade da pátria;
- l) A Comissão é de parecer que os problemas do êxodo rural e dos latifúndios, pelas suas causas e pelos remédios propostos, são de tão grande complexidade, para o conjunto dos país, que lembra a conveniência de se sugerir aos poderes públicos o estudo aprofundado do assunto (Carneiro Leão, 1939: 297).

Já em 1917, como forma de diluição dos quistos raciais e assimilação dos imigrantes à cultura local, Carneiro Leão evidenciou uma educação popular em que a educação moderna, “é inteligentemente organizada para escola. Desde as suas condições materiais — arquitetura, decoração própria e mobiliário perfeito — até os métodos e processos preconizados pela pedagogia experimental, ela é um estabelecimento *sui generis* entre os demais” (Carneiro Leão, 1917: 104).

O ajustamento social e a formação de nacionalidade deveriam iniciar pelo conhecimento exato do meio natural e cultural disponibilizado pela disciplina sociológica que tinha a tarefa de auxiliar na reflexão acerca do lugar desses brasileiros no projeto de organização da sociedade. Portanto, a compreensão dos aspectos genuínos da vida rural auxiliaria os educadores a elaborar um plano de ensino capaz de despertar nos jovens alunos camponeses o orgulho pela vida rural e, assim, a educação rural contribuiria efetivamente para a fixação, voluntária e definitiva, dos jovens ao meio campestre. E assim, na perspectiva do educador, a educação rural exerceria a vigilância dos valores sociais e sentimentais pelo campo.

Aliado às ideias de Carneiro Leão e ao movimento de eugenia<sup>2</sup>, o médico higienista Ary Lex publicou em 1958, o livro “Biologia educacional”, onde dedicou um capítulo do livro à educação rural, fazendo os seguintes destaques:

Criarão pequenas hortas anexas às escolas, onde os alunos passarão algum tempo diariamente, plantando, adubando, **semeando e observando com carinho** o desenvolvimento das hortaliças. A propósito de cada fase desse desenvolvimento, contará o professor pequenas histórias, para interessar mais os escolares na cultura do solo. (Lex, 1958: 227, grifo nosso).

Verificamos assim, que um dos principais propósitos da modernização da educação no Brasil foi o investimento de um corpo de professores, na construção de pequenas escolas e na inovação das práticas pedagógicas, cujo propósito era desenvolver nas crianças um sentimento de afeto pelo lugar onde vivem. Um afeto que deveria ser despertado pela escola e estendido aos familiares e a toda comunidade. A defesa de uma educação pragmática em contato com a realidade foi acenada desde as primeiras obras de Carneiro Leão e perdurou por diversas publicações, especialmente aquelas associadas a vida no campo.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as concepções pedagógicas sobre educação rural explicitadas por Carneiro Leão, identificamos uma constante preocupação do educador com a necessidade de fixação do homem do campo à terra. E foi no pragmatismo pedagógico de John Dewey que encontrou os melhores elementos para desenhar uma estratégia pedagógica como modelo de referência para as escolas rurais no Brasil.

Desde suas primeiras publicações, como aquelas que discutiam uma educação popular atrelada a uma educação cívica, mas principalmente de ordem e progresso, Carneiro Leão elevou o sentimento de amor à terra a expressão de um sentimento nacionalista, capaz de contribuir ao um determinado progresso econômico que se instalou no Brasil na primeira metade do século XX. O educador apontou como estratégia a construção de escolas públicas sob orientação do Estado que buscavam, sobretudo, alfabetizar o povo para “amar a terra”. Preocupado com a assimilação de uma identidade nacional, Carneiro Leão se dedicou à consolidação de uma escola rural “universal” para o brasileiro, ten-

---

<sup>2</sup> Conforme Schwarcz (1993), a eugenia oficialmente chegou ao país em 1914, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com uma tese orientada por Miguel Couto, que publicou diversos livros sobre educação e saúde pública. Dito isso, reforçamos a tese de que no caso brasileiro, a eugenia foi um movimento de “higiene social”, tendo em vista que saneamento, higiene e eugenia se confundiam dentro do projeto mais geral de progresso do país.

tando contemplar todas as regiões e todos os “povos” brasileiros. O amor pela terra foi um sentimento patriótico, instituído pelos princípios positivistas e nutrido, de certo modo, pelas “ideias dewenianas”.

Ainda existem poucos estudos investigativos que fazem uma leitura de Carneiro Leão como um educador que também pensou na escola para a modernização da educação rural. Comumente ele está associado às reformas que realizou em prol da educação de modo geral, em parceria com Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Entretanto, Carneiro Leão (1917, 1939, 1953, 1958) salientava que o Brasil tem uma vocação essencialmente agrícola, fato que ainda é pouco discutido nas pesquisas acadêmicas. Portanto, acreditamos que com este trabalho contribuiremos para futuros trabalhos em torno desta temática, capazes de estabelecer relações de aprofundamento no conhecimento, no estranhamento e nas autocriticas em torno de questões contemporâneas como os programas de educação do campo que nos últimos anos conquistaram espaço nas instituições de pesquisa brasileiras, especialmente nas universidades.

## BIBLIOGRAFIA

- Carneiro Leão, A. (1958). *Panorama sociológico do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - INEP.
- Carneiro Leão, A. (1953). *Fundamentos de sociologia*. 2ª ed. São Paulo: melhoramentos.
- Carneiro Leão, A. (1917). *O Brasil e a educação popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do comércio.
- Carneiro Leão, A. (1946). *O sentido da evolução cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: edição do Ministério das Relações Exteriores.
- Carneiro Leão, A. (1939). *A sociedade rural: seus problemas e sua educação*. Rio de Janeiro: Editora S.A. a noite.
- Cunha, E. (2005). *Os sertões*. 23. ed. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Cunha, M. V. (1994). *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis: Vozes.
- Decreto nº 8.319* (1910, outubro, 20). Cria o ensino agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Rio de Janeiro.
- Dewey, J. (1916). *Democracy and education: an introduction to the philosophy of education*. New York: The Macmillan Company.
- Dewey, J. (1999). *Moral principles in education*. Boston, New York: Houghton Mifflin Company.
- Dorfmond, L. (1964). *Meu diário*. vol. 2. Curitiba: Editora Ftd.
- Lex, A. (1958). *Biologia educacional*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, (biblioteca pedagógica brasileira, serie 3. atualidades pedagógicas, (45).

- Nagle, J. (1974). *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: Epu/Edusp.
- Roche, J. (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo.
- Rosa, J. G. (1965). *Grande sertão veredas*. 4. ed. São Paulo: José Olympio.
- Santos, A. V. (2013). Alemanha perdida? escolarização de crianças em colônias de imigrantes alemães no sul do Brasil. Florianópolis: *Perspectiva*, (31), pp. 841-874.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 256.